



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RECURSOS E PODER DOMÉSTICO: ALGUNS RESULTADOS DE UMA PESQUISA EM PORTUGAL CONTINENTAL

SILVA, Manuel Carlos

Professor Catedrático em Sociologia

Universidade do Minho

mcsilva2008@gmail.com

Resumo

No âmbito dos estudos sobre a divisão sexual do trabalho na família, designadamente em Portugal, não obstante os notáveis avanços, tem sido pouco analisado o grau e a distribuição do poder doméstico, tratando-se de casais ou uniões de facto heterossexuais.

Este texto, após uma breve revisitação dalgumas visões sobre diferenças e desigualdades de género e dalguns estudos sobre poder doméstico, designadamente no Norte de Portugal, tem por base dados empíricos recolhidos a partir de uma investigação finalizado em 2011 em que foi aplicado um inquérito a 800 pessoas em Portugal Continental.

Os dados recolhidos confirmam conclusões de outros estudos nacionais e internacionais: a desigualdade entre homem e mulher em desfavor desta na distribuição das tarefas domésticas e respectivas horas semanais despendidas e a discrepância entre representações e práticas analisadas por sexo e grupo profissional. Porém, o foco de análise incide, no quadro da dinâmica conjugal, sobre quais os aspectos da vida que se alteraram com a entrada na conjugalidade, qual o tipo de relações (mais fusional ou mais individualista), como se organiza a gestão e aplicação do dinheiro, quem decide e em que medida – o homem, a mulher ou ambos – sobre determinadas questões mais importantes (filhos, compra de casa ou carro, férias).

Por fim, conclui-se que, embora não se verifique em regra relações de tipo patriarcal ou matriarcal, há uma desigual divisão sexual de tarefas domésticas e cuidados com os filhos e um certo predomínio por parte do homem em determinadas matérias nomeadamente quando este seja o único ou principal provedor económico da casa.

Abstract

Within the framework of the studies on the sexual division of labour within the family, particularly in Portugal, despite the notable advances, there is little analysed the distribution of power between men and women in heterosexual couples.

This text, after a brief revisiting of some views about the gender differences and inequalities and over some studies on domestic power, particularly in the North of Portugal, is based on empirical data collected from a survey of 800 people applied in mainland Portugal.

The data collected confirm findings from other national and international studies: inequality between men and women regarding the distribution of household tasks and their hours spent and the discrepancy between representations and practices analysed by sex and professional group. However, the analysis focuses on the framework of conjugal dynamics, about what aspects of life that have changed with the entry in conjuality, what type of relationships (more with fusional or more individualistic), management and application of money, who decides and how – the man, the woman or both-on certain issues more important (children, buying home or car, holidays).

Finally, it is concluded that, although there is generally patriarchal or matriarchal type relations, there is an unequal sexual division of household chores and caring for the children and a certain man's predominance in certain areas in particular where this is the sole or main economic provider.

Palavras-chave: poder doméstico, família, género, desigualdade, Portugal

Keywords: home power, family, gender, inequality, Portugal.

1. Introdução

Tal como outras sociedades democráticas, Portugal conheceu uma redução das desigualdades de género, sobretudo graças à acção dos movimentos sociais feministas e dalgumas forças políticas particularmente após o 25 de Abril de 1974. Não obstante as consideráveis alterações nas últimas décadas no sentido do tratamento político-jurídico legal igualitário de homens e mulheres e de se verificar uma notável diminuição de desigualdades de género, estas, quer vistas numa perspectiva diacrónica, quer consideradas numa abordagem sincrónica, são ainda uma realidade actual e operante a vários níveis. Recentes estudos evidenciam que as fronteiras e desigualdades de género ainda persistem em várias vertentes e sectores da vida social: nos preconceitos e nas avaliações negativas das mulheres nos contextos institucionais e nas interações quotidianas; nos sistemas de herança e casamento (O'Neill 1984, Iturra 1983, Gerald 1987, Handman 1992, Silva 1998, Sobral 1999), assim como nos processos de separação ou divórcio e subsequente tutela e guarda dos filhos¹ (Torres 2001, Wall 2005), nas concepções sobre o masculino e o feminino (Amâncio 1994), nos códigos honra-vergonha (Cutileiro 1977, 1988; Silva 2002); na desigual distribuição do poder doméstico (Silva 1991); nos modos de residência e na divisão sexual do trabalho e na sobrecarga das tarefas domésticas (Wall 1992, 2005); na segmentação sexual dos mercados de trabalho e nas oportunidades de emprego e nas remunerações (Ferreira 1993, Almeida 1995, Leandro 2001, Marques, Silva e Veiga 2002); na desvalorização dos percursos profissionais das mulheres e sua baixa participação nas lideranças e na vida política (Viegas e Faria 1999).

Neste texto incidirei a análise sobre a divisão sexual do trabalho no espaço doméstico e o modo como se distribuem as actividades e tarefas domésticas (vg. número de horas por semana) em termos de género incluindo os assuntos relativos aos cuidados com os filhos e demais dependentes. Porém, o foco de análise incide, no quadro da dinâmica (in)comunicativa entre os membros do casal, sobre quais os aspectos da vida que se alteraram com a entrada na conjugalidade, qual o tipo de relações (mais fusional ou mais individualista) no que concerne conversas, iniciativas e actividades levadas a cabo por cada um dos membros do casal ou por ambos e em que medida importa saber como se organiza a gestão e aplicação do dinheiro, quem decide e em que medida – o homem, a mulher ou ambos – sobre determinadas questões mais importantes (por exemplo, autorização de actividades dos filhos mais a cargo da mulher, compra de casa e/ou carro mais por parte do homem, local de férias por ambos). Neste quadro poder-se-á reequacionar e questionar a velha tese parsoniana em torno da função instrumental exercida pelo homem, enquanto provedor da casa, e a função expressiva exercida pela mulher. Não será mais adequado falarmos, em relação à mulher, não de função expressiva mas antes de expressão assimétrica de papéis para desvantagem desta?

A produção deste texto, após uma breve revisão teórica sobre a questão das desigualdades de género, tem por base os dados recolhidos de uma investigação em que, entre outros instrumentos e técnicas quantitativas e qualitativas, foi aplicado um inquérito a 800 pessoas em Portugal Continental distribuídas por sexo, idade, profissão, tipo de residência (rural ou urbano), activo-não activo, projecto este aprovado e financiado pela FCT e finalizado em 2011 (PTDC/SDE/72257/2006).

2. Desigualdades de género e poder doméstico: breve revisão teórica

Várias são as teorias e correntes que tentam explicar as diferenciações e desigualdades sociais: (i) socio-biológica, a qual tende a veicular a ideia preconcebida e patriarcal que, enquanto o homem seria um ser mais activo e agressivo, mais predisposto ao combate público e ao sucesso, a mulher deteria uma construção biológica mais passiva e orientada para a procriação e o cuidado da casa; (ii) psicanalítica, designadamente freudiana (Freud 1975), segundo a qual as diferenças do género centrar-se-iam, ao fim e ao cabo, na posse ou na ausência do pénis, vendo o inconsciente, o instinto libidinal (*id*) como o núcleo verdadeiro da personalidade e princípio do prazer versus o *superego* que, enquanto princípio da realidade perpassado de normas restritivas reprimiria o *id* ou sublimar-se-ia na criação artística ou cultural (iii) estruturo-funcional (Parsons 1956) que, numa perspectiva axio-normativa e também patriarcal, erege as diferenças sexuais em elemento constituinte das relações de género, nomeadamente na família, em que, enquanto o homem representaria a função instrumental como provedor da família, a mulher exerceria a função expressiva, emocional dedicado ao cuidado do lar; (iv) a interaccional e simbólico-valorativas (cf. Goffman 1974) que

traz para primeiro plano não os invisíveis constrangimentos estruturais mas a presença dos actores sociais, ora masculinos ora femininos, nas suas recíprocas interacções, na negociação dos papéis e na partilha das experiências e vivências; (v) o modelo organizacional e de poder em que os homens, detendo as alavancas do poder em vários níveis e instituições, tendem a perpetuar-se nas instâncias de decisão em prejuízo das mulheres (Roberts 1984), remetendo esta linha explicativa, por um lado, para tese foucaultiana (Foucault 1994) – a qual serviu de base às teorias feministas – e, por outro, para a concepção weberiana centrada na análise das relações de autoridade e poder no seio dos grupos domésticos e sua articulação com a organização societal e a configuração dos diversos grupos sociais (cf. Weber 1978:359, 365 ss); (vi) a abordagem marxista, segundo a qual na base das assimetrias de género estão as desigualdades de classe, sem deixar de articular historicamente a origem da propriedade e do Estado na exploração e dominação da mulher (Engels 1980); e, por fim, (vii) as várias posições feministas, desde o feminismo liberal que se situa numa óptica jurídico-política, passando pelo feminismo marxista, até ao feminismo radical que, rejeitando a prioridade marxista em torno de classe, sustenta como primeiro conceito explicativo da diferenciação e desigualdade sexual o conceito central do género e as correspondentes contradições socio-históricas centradas na dominação e, eventualmente, na exploração da mulher por parte do homem.

Weber (1978) realça, a respeito da formação da instituição familiar, como um local de regulação política e económica em torno do património sob a orientação do patriarca, que implica um feminino controlo sobre o património e a sexualidade, posição esta subscrita por Bourdieu (1972:1120, 1980:238, 320 ss, 1998), segundo o qual as relações de autoridade e poder no interior das famílias pressupõem a existência de concorrência geradora de tensões e conflitos que ameaçam a unidade e a coesão domésticas.

Cada vez mais a linha mais fecunda de forma a superar as contradições de classe e de género, será mais uma vez a perspectiva marxista e weberiana. É, nesta linha que Roberts (1984) e Hartman (1982), cruzando várias influências desde a weberiana à marxista, sustentam que o poder da mulher varia em função do grau de disposição sobre recursos e recompensas, do modo e da medida de participação no processo produtivo, do grau de mobilidade e presença/ausência de hierarquização de papéis sexuais na divisão do trabalho, entre outros.

O debate sobre o poder doméstico tem sido pouco explícito na medida em que tal seria considerado inadequado numa área reservada à emoção, ao afecto ou ao amor. No entanto, ele tem sido mais indirecta que directamente abordado por alguns autores no contexto português, nomeadamente no espaço rural luso-galaico e, em especial no minhoto. Alguns autores (Geraldes 1987:469 ss, Iturra 1983:91 ss), aduzindo respectivamente a tónica androcêntrica nas prescrições legais e sobretudo nas práticas sociais designadamente o comportamento submisso, respeitoso e, por vezes, deferente da mulher face ao marido (tratando-o, por exemplo por “você” ou “senhor”), têm salientado como traço dominante a autoridade masculina ou mesmo patriarcal em casas camponesas no Minho e na Galiza. Num pólo oposto, por um lado, autores como Descamps (1935:84, 191 s), Willems (1962:67 s) com base em observações etnográficas e, por outro, mais recentemente, E. Santo (1980:18. 78 s), apelando a argumentos de tipo psicanalítico na variante do “inconsciente colectivo” de Jung, reconhecem o poder patriarcal mas salientam ou sublimam a telúrica matricentralidade das relações sociais designadamente no Minho. Por fim, P. Cabral (1989:109 ss), baseando-se em argumentos de carácter simbólico-valorativo e linguístico- internacional (por exemplo, designação de “patroa” pelo marido), mantém sobre o poder conjugal uma “problemática” ambiguidade; ou ainda Brettel (1991:26) que, no quadro da análise de dinâmica dos movimentos demográfico e migratório numa aldeia minhota, salienta ora a patricentralidade ora a matricentralidade dos grupos domésticos minhotos.

Se práticas tais como o local de residência, a transmissão do nome e dos bens, as interacções conjugais devem ser tidas em conta, mais curial se torna, articulando-as, incidir o foco da análise no modo como a composição dos grupos domésticos e sobretudo a redistribuição do poder doméstico e eventuais conflitos daí resultantes são afectados e condicionados pelo grau e tipo de recursos materiais e simbólicos que cada nubente traz consigo e/ou adquire na pendência do empreendimento doméstico: bens patrimoniais, atributos estéticos e eróticos, experiência e força física, habilidades, saberes e qualificações, honra, prestígio ou poder local.

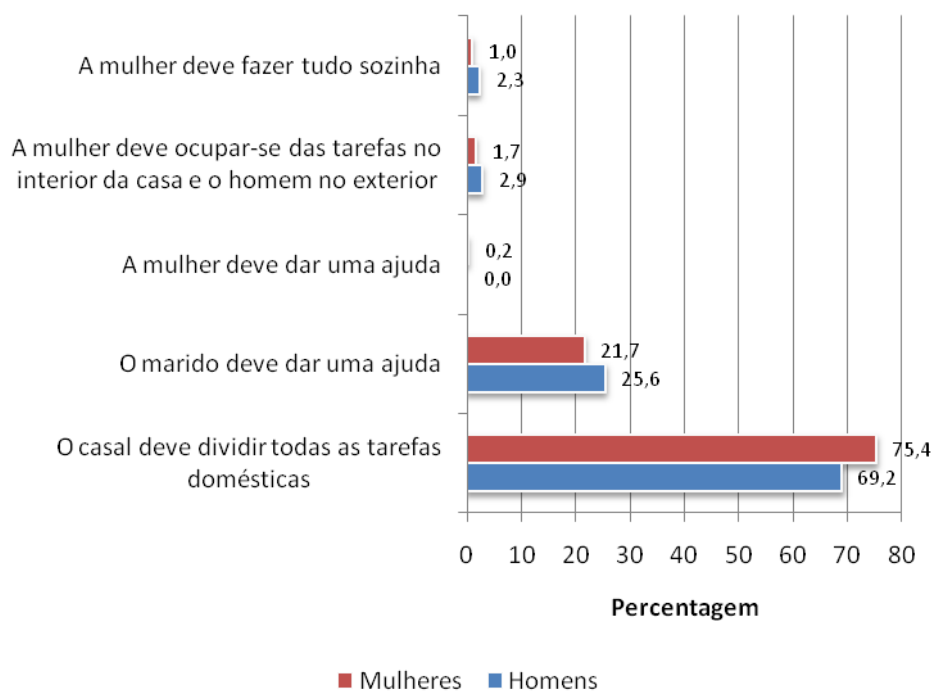
Neste quadro, importa distinguir até que ponto a ideologia da subordinação sexual vai ou não de par, como refere Dubisch (1986:21), com o efectivo controlo sobre recursos e a capacidade de decisão, o que inclui,

além do domínio sobre a força de trabalho e alheia – quando presente ou convocada –, a planificação e a execução de actividades domésticas e repercute-se em assuntos tais como a procriação e a educação dos filhos, as opções matrimoniais e profissionais destes ou a devolução dos bens. Por outro lado, o facto de as dinâmicas actuais dos actores domésticos constituírem o objecto central deste trabalho não pode obnubilar que nos grupos domésticos se articulem e co-estruturam impactos nacionais e internacionais designadamente vectores económicos da sociedade global e determinações estatais na esfera político - jurídica (Meillassoux 1973; 88 s, Pinto 1985; 120s, Santos 1990; 23 ss). No entanto, os ciclos de formação, (re) composição, desenvolvimento e fissão das casas, enquanto locais e núcleos de reprodução social, assim como a imbricação dos interesses e das emoções com as respectivas interacções estratégicas no seio das famílias formam a matriz dinâmica e contraditória de conservação, diferenciação e transformação dos grupos sociais, bem como de suas respectivas práticas e valores, tal como o evidenciaram respectivamente, entre outros, Fortes (1971; 88-96), Goody (1976^a:3), Segalen (1983:14 s), Medick e Sabeen (1984; 2, 9 ss); Bader e Benschop (1989) e, em Portugal, Almeida (1986;236 ss), Nunes e Feijó (1986;149 s), Silva (1991, 1998), Wall (1992, 1998) e Sobral (1999).

2. Divisão sexual de tarefas domésticas: entre representações e práticas

Uma matéria problemática e sensível é a relativa a divisão do trabalho doméstico, sobre a qual, num primeiro momento, importa aferir as diversas representações em termos gerais: salvo 1,6% que considera que ‘a mulher deve fazer tudo sozinha’ e ‘a mulher deve ocupar-se das tarefas no interior e o homem no exterior’ (2,2%) e, numa maior expressão, ‘o marido deve dar uma ajuda’ (23,6%), a grande parte considera que ‘o casal deve dividir todas as tarefas domésticas’.

Figura 1: Forma ideal de divisão do trabalho doméstico, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802

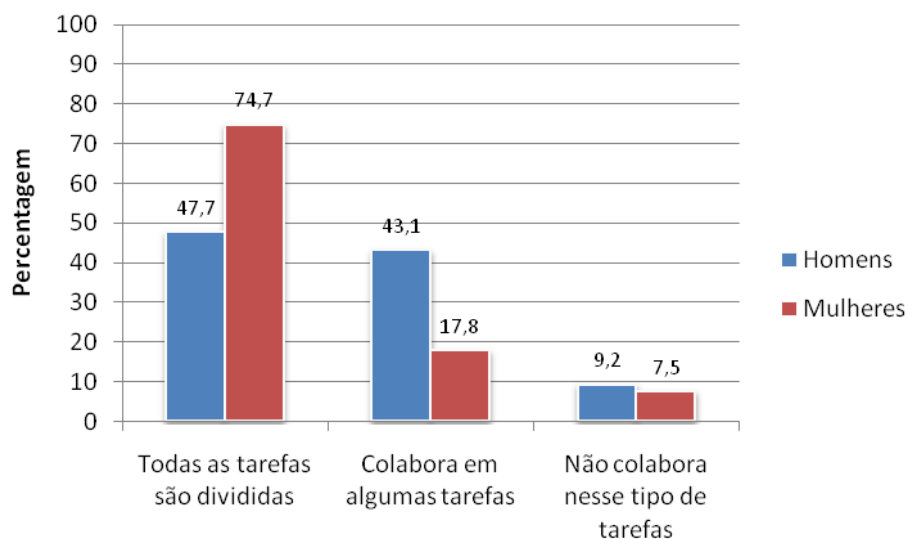
Vistas as respostas denotativas de representações por sexo relativamente à forma ideal de divisão do trabalho doméstico, verificam-se algumas diferenças de opinião e representação sobre a divisão sexual do trabalho: mais expressiva a opinião das mulheres sobre a divisão igualitária de todas as tarefas (75,4% vs. 69,2%) e a sua menor aceitação de que o marido deva apenas dar uma ajuda (21,7% vs. 25,6%) ou de que a mulher deve ocupar-se das tarefas do interior e os homens das de fora (1,7% vs 2,9%). Em todo o caso, é de registar, por um lado, uma elevada percentagem de homens e sobretudo de mulheres que, não considerando agora as práticas, manifestam um posicionamento de abertura e equidade na distribuição de tarefas domésticas.

Cruzando os posicionamentos dos inquiridos sobre a forma ideal de divisão do trabalho doméstico por profissão e por nível de escolaridade, dos dados das respostas dos inquiridos ressalta, em primeiro lugar, a concepção largamente maioritária em quase todas as profissões (na ordem dos 68,8% até aos 85,4%) de que “o casal deve dividir todas as tarefas domésticas”. Esta concepção é mais vincada nos grupos profissionais do pessoal dos serviços, administrativo e técnico intermédio e sobretudo entre os quadros superiores e especialistas de profissões liberais e científicas. O único grupo profissional em que esta concepção maioritária existe, mas não tão expressiva, é a dos agricultores e trabalhadores qualificados com 52,6% mas que é seguida de 47,4% que consideram que o “marido deve dar uma ajuda” (cf. Anexo 1).

Se fizermos o mesmo exercício no que concerne as representações dos inquiridos sobre a forma ideal de divisão do trabalho doméstico por nível de escolaridade ou habilitação literária, concluimos também entre as respostas dos inquiridos ressalta, em primeiro lugar, a concepção largamente maioritária dos inquiridos em quase todos os níveis de escolaridade (entre 66,2% e 88,5%) de que “o casal deve dividir todas as tarefas domésticas”, ainda que mais vincada entre grupos profissionais mais habilitados (12º ano e curso superior) e menos expressivo nos grupos menos escolarizados (4ª classe) e menos ainda no grupo com menos de 4 anos de escolaridade, onde a maioria reduz-se a 54,9%.ⁱⁱ

Se ao nível das representações e dos valores se verifica alguma aproximação entre homens e mulheres, no que concerne à real divisão do trabalho doméstico, são notórias algumas diferenças reais por sexo. Tendo por base a totalidade da amostra, os dados revelam que, relativamente às tarefas domésticas, há uma tendência para os inquiridos responderem que estas serem todas divididas entre o casal (63,1%), ainda que 28,6% assuma que apenas colabora em algumas tarefas e 8,2% que não colabora nesse tipo de tarefas. De qualquer forma, esta distribuição tende a apresentar diferenças consoante se trate de homens ou mulheres, como é indicativa a informação do gráfico seguinte:

Figura 2 – Forma de divisão do trabalho doméstico no casamento, por sexo (%)

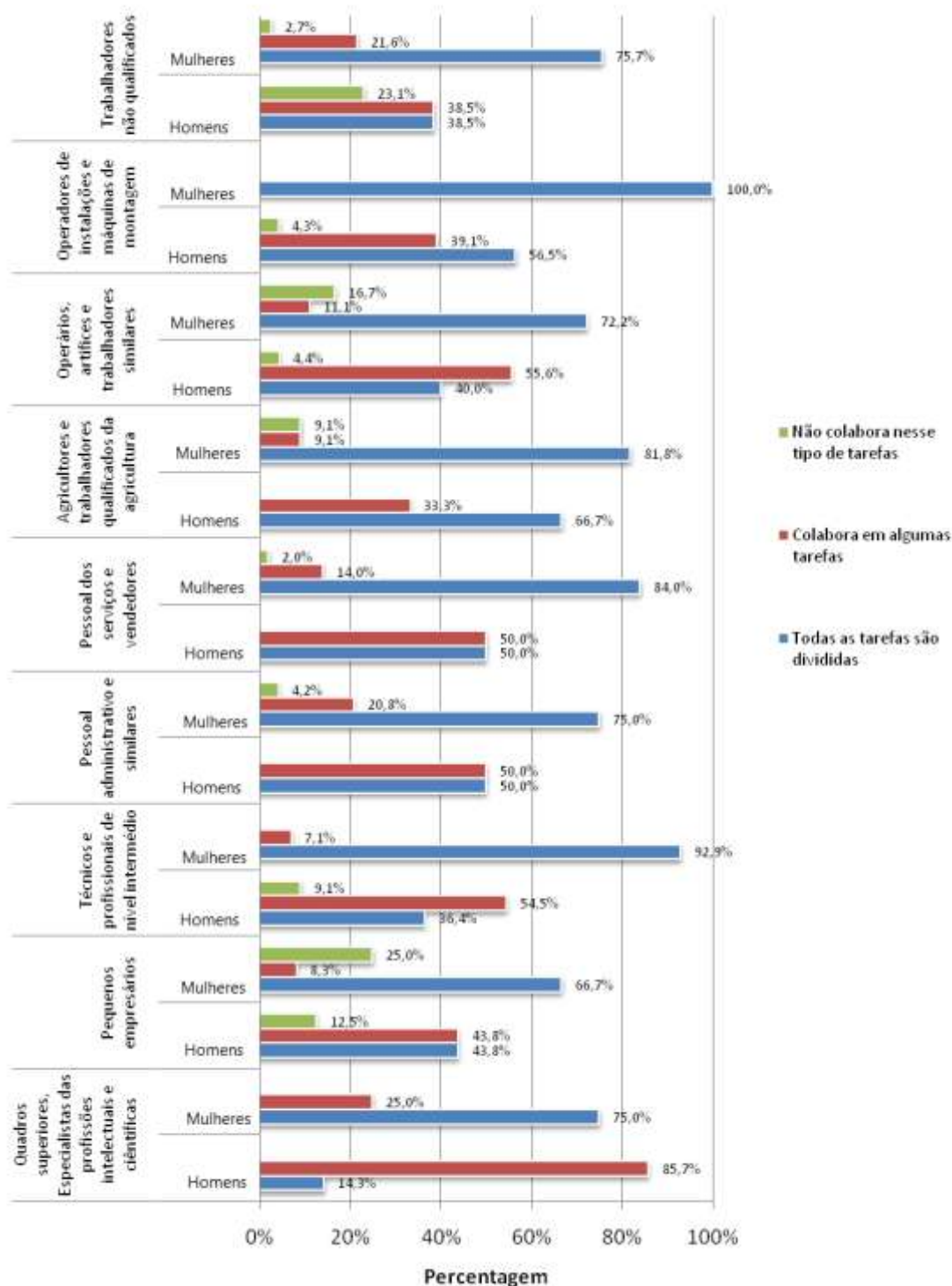


Fonte: IDG, 2011; N=559

Efectivamente, a figura 2 sugere que a forma de divisão do trabalho doméstico não é independente do sexo. Por um lado, existem significativamente mais mulheres que homens a mencionar que “todas as tarefas são divididas” (74,7% vs. 47,7%), o que surpreende, a não ser que as mulheres registem o facto sem atender ao sentido de uma divisão equilibrada as tarefas. Por outro lado, existem significativamente mais homens que mulheres (43,1% vs. 17,8%) a referir que “colaboram em algumas tarefas” ($\chi^2 = 46,83$, $gl = 2,559$, $p < 0,001$). As percentagens de inquiridos que afirmam não colaborar nesse tipo de tarefas configura-se diminuta, sendo

ligeiramente superior por parte de homens (9,2% para 7,5%). Fixemo-nos agora na forma de divisão do trabalho doméstico tendo em conta a profissão e sexo do inquirido:

Figura 3: Forma de divisão do trabalho doméstico por profissão e por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=465

A figura 3 evidencia que a forma de divisão das tarefas domésticas não só varia consoante o sexo mas também conforme os vários grupos profissionais. Desde logo importa referir que são as mulheres em todos os grupos quem mais afirma que as tarefas são divididas, sendo as percentagens mais baixas neste caso no grupo das 'pequenas empresárias' (66,7%) e as mais elevadas nos quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas, nos técnicos intermédios e sobretudo nas 'operadoras de instalações e

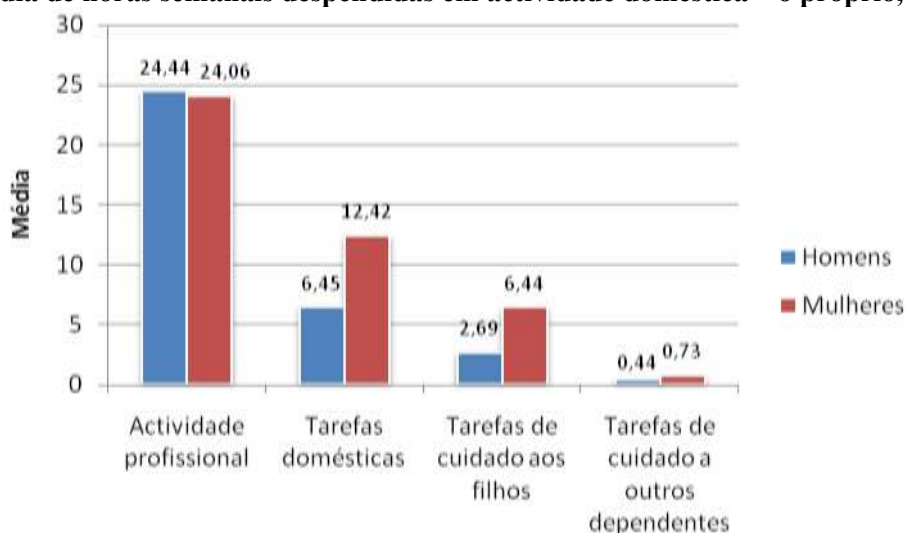
máquinas de montagem’ (entre 80% e 100%), grupos, importa reter, nos quais as mulheres se encontram subrepresentadas.

Relativamente aos homens, à excepção do grupo dos ‘agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura’ e dos ‘operadores de instalações e máquinas de montagem’ – que afirmam que ‘todas as tarefas são divididas’ (respectivamente, 65,7% e 56,5%) – nos restantes as percentagens mais elevadas (ou em igual proporção) situam-se na afirmação de que ‘colaboram em algumas tarefas’, sendo de realçar aqui o grupo dos ‘quadros superiores e especialistas das profissões intelectuais e científicas (85,7% para 25% no caso das mulheres).

Relativamente à idade, tanto no caso dos homens como das mulheres existe uma tendência para a divisão de tarefas domésticas aumentar à medida em que se decresce em termos de escalões etários. Porém, em termos percentuais, tal situação é bem mais evidente no caso das mulheres (verificando-se apenas valores muito aproximados nos escalões dos 45 e 54 anos e 55 e 64). No caso dos homens é notória uma distribuição mais irregular e com percentagens que variam entre os 40% (no escalão dos 18 aos 24 anos) e os 57,5% (no escalão dos 25 aos 34 anos). À excepção dos/as inquiridos/as mais jovens, a não colaboração neste tipo de tarefas surge em todos os grupos etários e é particularmente visível, quer nos homens quer nas mulheres, no grupo dos 65 anos e mais (17,4% e 14,3%).

Neste confronto entre o campo das representações e as práticas importa questionar até que ponto há entre umas e outras discrepâncias. Uma das formas de medir o grau de ocupação e envolvimento nas tarefas domésticas e de cuidado aos filhos e outros dependentes consiste em saber como se distribuem por sexo, para além das tarefas de actividade profissional:

Figura 4 – Média de horas semanais despendidas em actividade doméstica – o próprio, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=802 (383 Homens; 419 Mulheres)

Tal como se constata na figura 4, a pertença de género tem efeito nas horas semanais que o próprio despende em “tarefas domésticas” ($t(539,21) = -7,45, p < 0,001$) e “tarefas de cuidado aos filhos” ($t(469,18) = -4,90, p < 0,001$). Verifica-se que, comparativamente aos homens as mulheres despendem, em média, mais horas nestas tarefas, sendo a diferença significativa do ponto de vista estatístico. Com efeito, enquanto os homens dedicam a tarefas domésticas e cuidados aos filhos e dependentes 9,58 horas, as mulheres duplicam o tempo para estas tarefas traduzido em 19,69h. Também as horas despendidas com a profissão tendem a influenciar o tempo despendido noutras actividades, designadamente domésticas:

Tabela 1: Horas semanais despendidas por situação profissional e por sexo

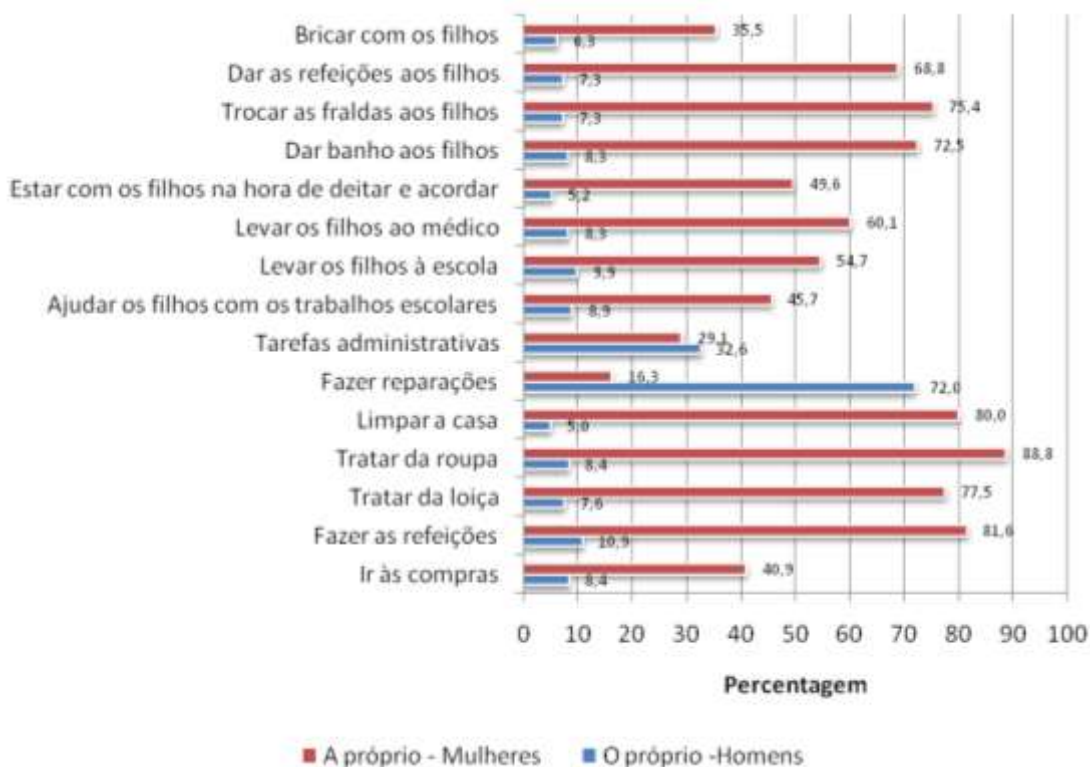
Situação profissional	O próprio- actividade profissional		O próprio - tarefas domésticas		O próprio - tarefas de cuidado aos filhos		O próprio - tarefas de cuidado a outros dependentes	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Exerce profissão a tempo inteiro	38,71	38,05	5,23	11,95	3,50	6,13	,12	,42
Exerce profissão a tempo parcial	21,67	23,84	6,83	11,40	1,50	8,90	,00	,17
Desempregado(a)	6,92	7,35	9,07	13,62	3,43	7,19	,00	1,43
Desempregado(a) à procura de novo emprego	9,40	,29	8,92	17,87	4,67	15,27	,00	,13
Desempregado(a) à procura do primeiro emprego	,00	,00	,00	12,00	,00	,00	,00	,00
Reformado(a)	5,49	10,04	7,81	11,67	1,08	4,17	1,22	,85
Doméstica	,00	,00	3,33	14,74	,00	6,67	,00	2,65

Fonte: IDG, 2011;N=465

A tabela anterior demonstra que, independentemente da situação profissional, no que concerne ao tempo despendido na profissão, são as mulheres quem mais tempo dedicam a tarefas domésticas, nomeadamente por parte de ‘desempregadas à procura de novo emprego’ e ‘domésticas’, respectivamente, 17,87 e 14,74 horas semanais versus, no caso dos homens, respectivamente, 9,07 e 0,0 horas.

Relativamente às tarefas de cuidado dos filhos é também no grupo das ‘desempregadas à procura de novo emprego’ que se verifica, em média, um maior número de horas (15,27), relativamente aos homens que se ficam por 3,42 horas. São os/as inquiridos/as que trabalham a tempo inteiro os/as que menos tempo despendem em tarefas domésticas e de cuidado, ainda que as diferenças relativamente aos/as que trabalham a tempo parcial não sejam particularmente relevantes no que toca a tarefas domésticas (11,95h e 11,40h nas mulheres e 5,23h e 6,83h nos homens). Porém, esta assimetria na distribuição de tarefas práticas torna-se evidente quando analisamos o grau de execução de tarefas domésticas específicas por sexo no seio do casal:

Figura 5: Execução de tarefas entre membros do casalⁱⁱⁱ (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559

O sexo e respectiva pertença de género afecta de forma significativa todas as tarefas do casal, nomeadamente em termos de auto-percepção. O teor das tarefas desenvolvidas denuncia a existência de situações diferenciadas consoante o sexo. Existem quase sempre mais mulheres do que homens a referir serem elas e não os (ex)cônjuges ou companheiros quem desenvolve e com elevada diferença percentual as lides domésticas rotineiras e menos valorizadas tais como ‘tratar da roupa’, ‘limpar a casa’, ‘fazer as refeições’ e ‘tratar da loiça’, com respostas sempre acima dos 80% por parte das mulheres e abaixo dos 11% por parte dos homens. A única tarefa no contexto doméstico, em que a percentagem de homens que afirma realizá-la é superior corresponde às reparações domésticas (72,0% vs. 16,3%).

Relativamente às tarefas que remetem para um maior contacto com o exterior a situação configura-se menos assimétrica, sendo que no caso das ‘tarefas administrativas’ ou de contacto com serviços são os homens quem percentualmente mais afirma realizá-las, embora por pouca margem (32,6% vs. 29,1%).

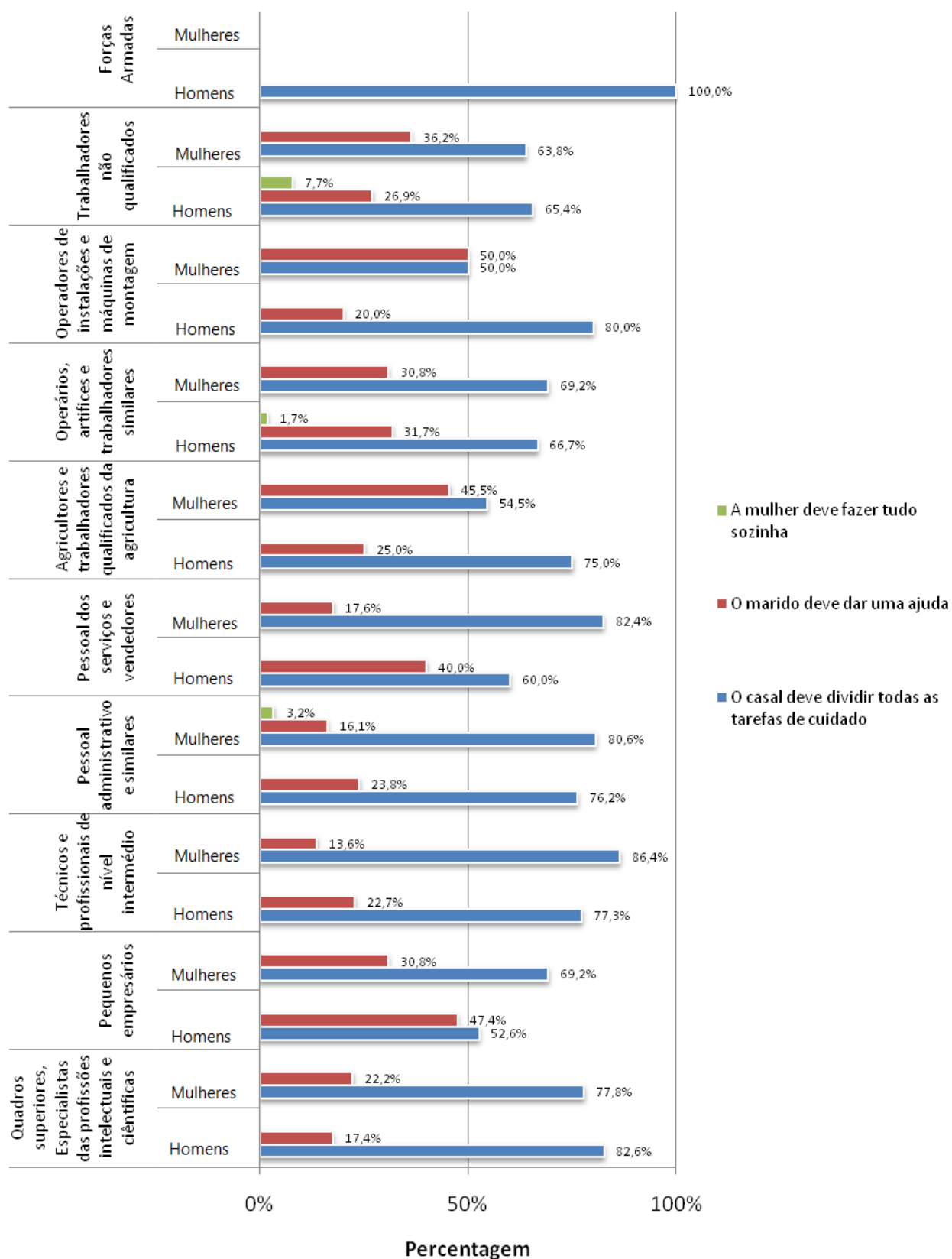
No que remete para as tarefas relacionadas com os/as filhos/as, as disparidades entre sexos tendem a ser ligeiramente inferiores às relativas às tarefas domésticas, ainda que igualmente elevadas nomeadamente quanto aos cuidados com crianças de tenra idade (‘trocar as fraldas’, ‘dar banho’, ‘dar refeições’), com respostas de mulheres sempre acima dos 68% e a de homens abaixo dos 10%. E, mesmo noutros tipos de tarefas é largamente predominante o papel da mulher: a ‘ajuda aos filhos com os trabalhos escolares’ (45,7% pelas mães vs. 8,9% pelos pais-homens), levar os filhos ao médico (60,1% pelas mães e 8,3% pelos pais-homens) ou levar os filhos à escola (54,7% pelas mães e 9% pelos pais-homens) e inclusive ao nível da dimensão mais lúdica dos cuidados: brincar com os filhos (35,5% pelas mães vs 6,3% pelos pais-homens).^{iv}

3. Os cuidados com os filhos: função expressiva ou expressão assimétrica?

Também no que diz respeito à forma ideal sobre os cuidados dos filhos, as respostas, na sua maioria, revelam o entendimento de que o casal deveria dividir, de modo equilibrado, todas as tarefas de cuidado com os filhos (69,2%), embora seja relevante a percentagem dos/as que entendem que o marido deve ajudar (28,9%), reproduzindo-se também neste campo a eventual assimetria de género consiste na divisão sexual de trabalho no que concerne o cuidado dos filhos. Introduzindo a variável sexo, a figura 6 evidencia que as diferenças entre homens e mulheres a este nível são diminutas, sendo ligeiramente superior a percentagem de mulheres

que afirma que “o casal deve dividir todas as tarefas de cuidados” (70,4% para 67,9%). Já relativamente à opção “o marido deve dar uma ajuda”, é entre os homens que a percentagem se assume ligeiramente mais elevada, sem deixar de ser evidenciada pelas mulheres (30% para 27,9%) – um facto denotativo de que as mentalidades e percepções das mulheres a este respeito ainda se encontram incrustadas na dominante perspectiva masculina. A análise destas concepções atendendo ao grupo profissional de pertença e ao sexo é também demonstrativa de algumas diferenças:

Figura 6: Forma ideal de divisão de cuidados com os filhos por profissão e sexo (%)

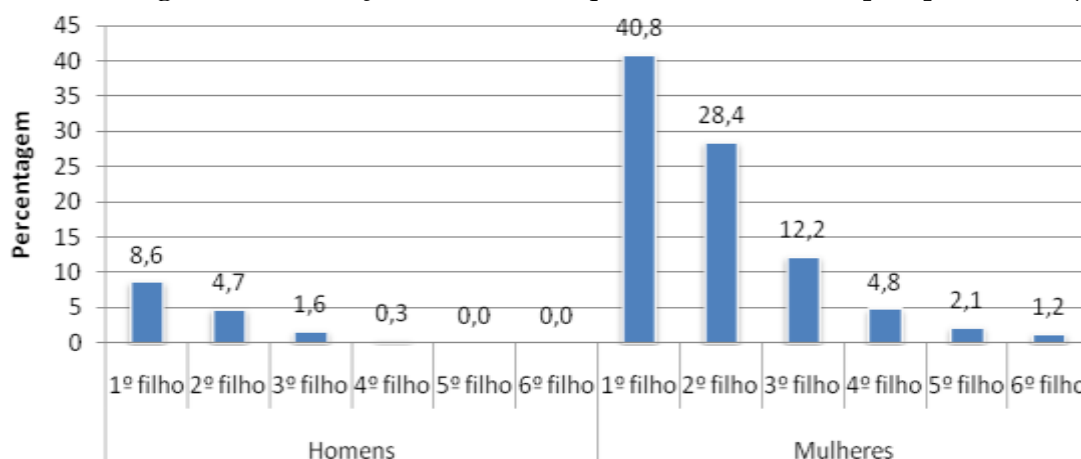


Fonte: IDG, 2011; N=313

A representação gráfica demonstra que em todas as profissões, sejam homens ou mulheres, a maioria dos/as inquiridos/as considera que ‘o casal deve dividir todas as tarefas de cuidado’ (com percentagens sempre iguais ou superiores a 50%). As percentagens mais elevadas, quanto às mulheres, verificam-se ao nível das

profissões que exigem qualificações intermédias, no grupo dos ‘técnicos e profissionais de nível intermédio’ (86,4%), do ‘pessoal dos serviços e vendedores’ (82,4%) e do ‘pessoal administrativo e similares’ (80,6%). Relativamente aos homens (exceptuando os militares em que a percentagem é de 100% mas o número de inquiridos muito reduzido), os únicos grupos nos quais as percentagens superam os 80% (sendo inclusive ligeiramente superior à das mulheres – no primeiro caso de 77,8% e no segundo de 50%), remetem para os extremos em termos de habilitações e qualificações –, relevando os quadros superiores e especialistas das profissões técnicas e científicas’ (82,6%) e os ‘operadores de instalações e máquinas de montagem’ (80%). Se quanto à resposta “a mulher deve fazer tudo sozinha” é residual, já quanto à resposta ‘o marido deve dar uma ajuda’ apresenta percentagens ainda elevadas: quanto às mulheres nas profissões intermédias ou menos qualificadas (operadoras de instalações e máquinas de montagem com 50%, agricultoras com 45,5%, trabalhadoras não qualificadas com 36%, pequenas empresárias com 30,8%); relativamente aos homens tal resposta verifica-se no grupo dos agricultores (54,5%), operadores de instalações e máquinas de montagem com 50%, pequenos empresários (47,4%) e pessoal dos serviços e vendedores (40%). Se fizermos o exercício por escalões etários, verificamos que à medida que se avança em termos de escalões etários, verifica-se uma menor colaboração do marido nas tarefas de cuidado com os filhos (cf. figura 6). Tendo presente as concepções e representações sobre a partilha dos cuidados com os filhos, importa contrastá-las com as práticas reais de quem, ainda na pendência do casamento ou união de facto, se encarregava de ficar com os filhos. Questionados a este respeito, todos os filhos ficavam mais a cargo ou do próprio ou do cônjuge por ordem desde o primeiro ao quinto filho respectivamente (38%, 25%, 10%, 4%), mas também é relevante, quer na casa com outro familiar (15%, 7%, 3%, 1%), quer na creche ou infantário (15%, 8%, 2%, 1%), havendo muito poucos pais com mais de 4 filhos, aliás com percentagens residuais. Porém, mais relevante é, diferenciando por sexo, atender a quem fica a cuidar dos filhos:

Figura 7: Distribuição dos cuidados quotidianos dos filhos pelo pai ou mãe (%)



Fonte: IDG, 2011; 1ºfilho: N=497; 2ºfilho: N=299; 3ºfilho: N=109; 4ºfilho: N=36; 5ºfilho: N=13; 6ºfilho: N=7

Desta figura se infere que o facto de os filhos ficarem em casa com o próprio não é independente do género. Com efeito, há significativamente mais mulheres do que homens a mencionar que os filhos ficavam em casa consigo. Já, porém, à pergunta com quem ficavam os filhos a resposta em casa com outro familiar apresenta uma distribuição próxima por familiares quer do homem/pai, quer da mulher/mãe, ainda que com percentagem ligeiramente maior de familiares da mulher, podendo inferir-se as avós maternas.^v

4. Da dinâmica comunicativa ao poder de decisão doméstico

Ainda relativamente à realidade conjugal importa desde logo aferir a dinâmica de comunicação entre as partes, para a qual nos apontam os dados extraídos sem levar em linha de conta a pertença de género. Assim, relativamente à forma de comunicação privilegiada pelos inquiridos/as, na esmagadora maioria (88,3%) estes/as consideram que se deve “conversar sempre sobre todos os assuntos”, seguindo-se os que consideram que se deve “conversar sobretudo quando há problemas” (10,8%) e muito residualmente (0,9%) que “não se

deve perder muito tempo a conversar”. A este nível não se verificam diferenças significativas entre homens e mulheres, tal como se pode ver pela figura seguinte:

Figura 8: Forma de comunicação entre membros do casal, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres)

Se, em relação às formas de comunicação entre os membros do casal não há praticamente a assinalar diferenças em função do sexo ou mesmo grupo profissional ou escalão etário, já, porém, no que diz respeito às iniciativas e tomadas de posição em diversas matérias no seio da família, evidenciam-se algumas diferenças. No quadro da dinâmica da vida em casal, particularmente no que concerne as iniciativas e actividades exteriores e teor da comunicação no seio do casal, a figura seguinte é ilustrativa de uma maior aproximação de valores entre inquiridos e inquiridas, ainda que se manifestem diferenças relevantes em alguns *itens*.

Figura 9: Tomada de iniciativa de actividades, por sexo^{vi} (%)



Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres)

Como verificamos pela análise dos dados da figura precedente o sexo e respectiva pertença, em termos de género, tende a condicionar quem toma algumas das iniciativas de interacção comunicativa e de realização de actividades diversas no casal.

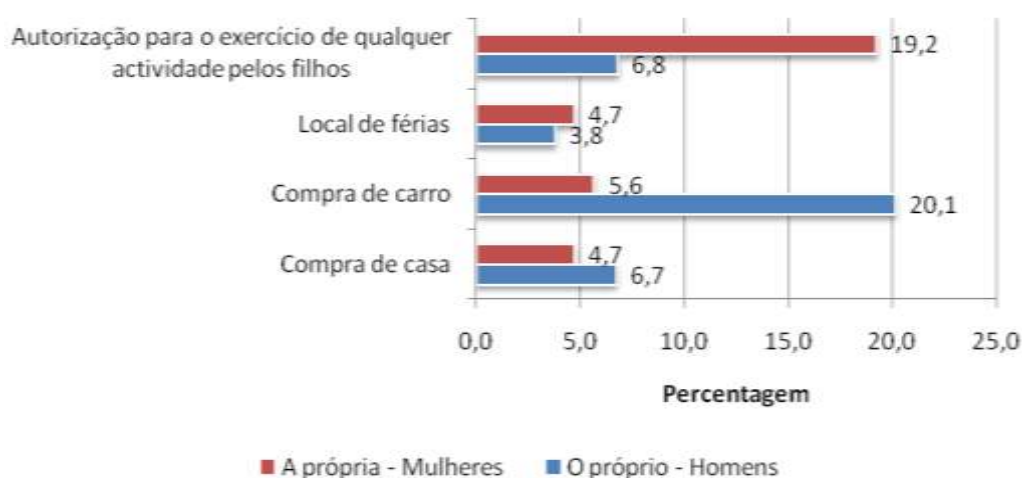
No que concerne à comunicação no casal verificam-se diferenças relativamente à iniciativa de conversas consoante o sexo de quem tende a iniciá-las, sendo que tal depende do teor das mesmas. As conversas relacionadas com ‘assuntos domésticos’, ‘a escola e estudos dos filhos’ e ‘problemas pessoais’ são mais apontadas como iniciadas pelas mulheres, variando no caso destas entre os 25,6% e 13,8% e nos homens entre os 2,1% e os 3,8%. Relativamente aos homens destaca-se a iniciativa destes em ‘conversas sobre desporto’ (24,7% vs 5,3%), verificando-se percentagens muito aproximadas relativamente a temas como ‘cultura, livros e actualidade’ (8,1% por iniciativa das mulheres e 6,3% dos homens) e ‘vida profissional’ (10,0% pelos homens vs 8,1% pelas mulheres).

Se ao nível das iniciativas para práticas políticas se verificam percentagens muito aproximadas entre ambos os sexos, já no caso das actividades religiosas é verificável uma percentagem um tanto mais elevada por parte das mulheres (19,1% para 3,8%). Ao nível da iniciativa nas actividades relacionadas com o lazer evidenciam-se percentagens ligeiramente mais elevadas por parte das mulheres na maioria das opções – ‘passear ou viajar’, ‘dormir em casa de alguém’, ‘ir ao restaurante’, ‘comer em casa de alguém’, ‘ir ao cinema, teatro, exposições e concertos’ (variando entre os 10,0% e os 5,6%, sendo que a variação relativamente aos homens se situa entre os 0,0% e 7,1%). Quanto aos homens, para além de uma ligeira superioridade percentual destes no *item* ‘ir ao café’ (20,1% vs 8,8%), é de realçar também a iniciativa relativa à ‘prática desportiva’ (15,1% vs 5,0%) e ‘espectáculos desportivos’ (24,3% vs 5,6%). Estas são, aliás, as actividades em que se verificam diferenças mais acentuadas, sendo, no entanto, de realçar, por vezes, as baixas percentagens de auto-atribuições em termos de exclusividade da sua iniciativa na totalidade das respostas.

Efectivamente, tendo-se realizado também aqui uma análise bipolarizada, importa esclarecer que na maior parte dos *itens* surge a afirmação de que as iniciativas tendem a ser partilhadas, configurando-se todavia algumas excepções. Porém, detenhamo-nos agora na tomada de decisão sobre determinados assuntos na família.

A grande maioria das decisões no âmbito da família – quer se trate de ‘autorizações para actividades a desenvolver pelos filhos’, da ‘escolha de local de férias’, da ‘compra de carro’ ou da ‘compra de casa’ – tendem a ser tomadas conjuntamente por ambos os membros do casal, sendo as percentagens em todos os casos superiores a 59,8%. A figura seguinte dá conta das auto-percepções em termos de decisão por sexo do/a inquirido/a.

Figura 10: Tomada de decisões, por sexo, sobre determinadas matérias^{vii} (%)

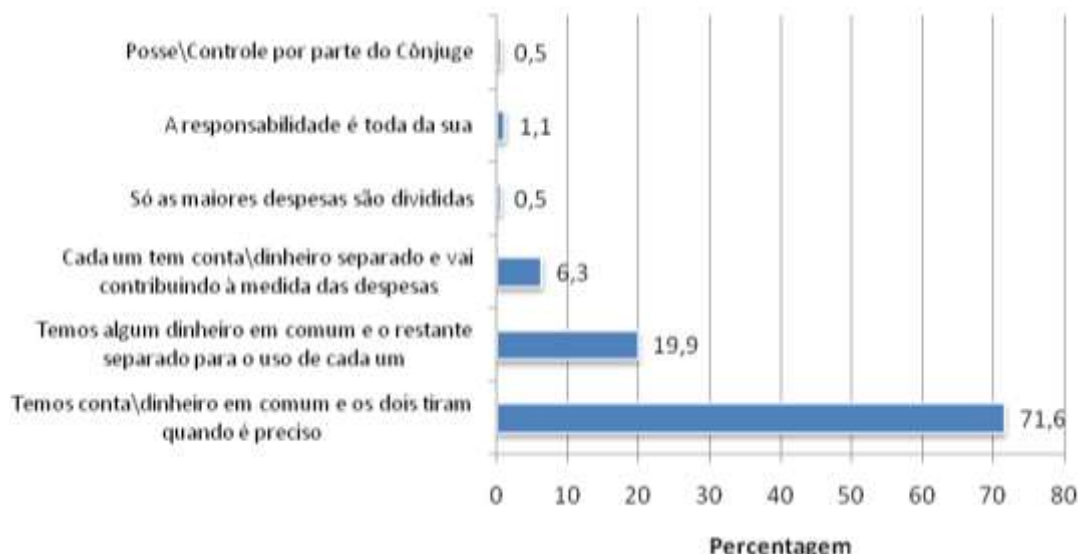


Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres)

A figura é ilustrativa de que o sexo tende a afectar quem toma a decisão sobre alguns assuntos. Verifica-se que existem significativamente mais mulheres a decidirem sobre a “autorização para o exercício de qualquer actividades pelos filhos” (19,2% para 6,8%) e mais homens a decidirem relativamente à “compra do carro” (20,1% para 5,6%), sendo que a ‘compra de casa’ bem como a escolha do ‘local de férias’ assumem percentagens muito aproximadas (4,7% em ambos os casos para as mulheres e 3,8% e 6,7%, respectivamente, para os homens). Atendendo à totalidade dos *itens*, desde logo se verifica uma tendência para as decisões que implicam mais directamente custos monetários serem percepcionadas como mais assumidas pelos homens e as restantes pelas mulheres.

Uma importante forma e grau de gestão e poder doméstico mais ou menos compartilhado ou mais ou menos individualizado é o que se prende com a gestão e organização do dinheiro no contexto familiar.

Figura 11: Organização do dinheiro em casa (%)

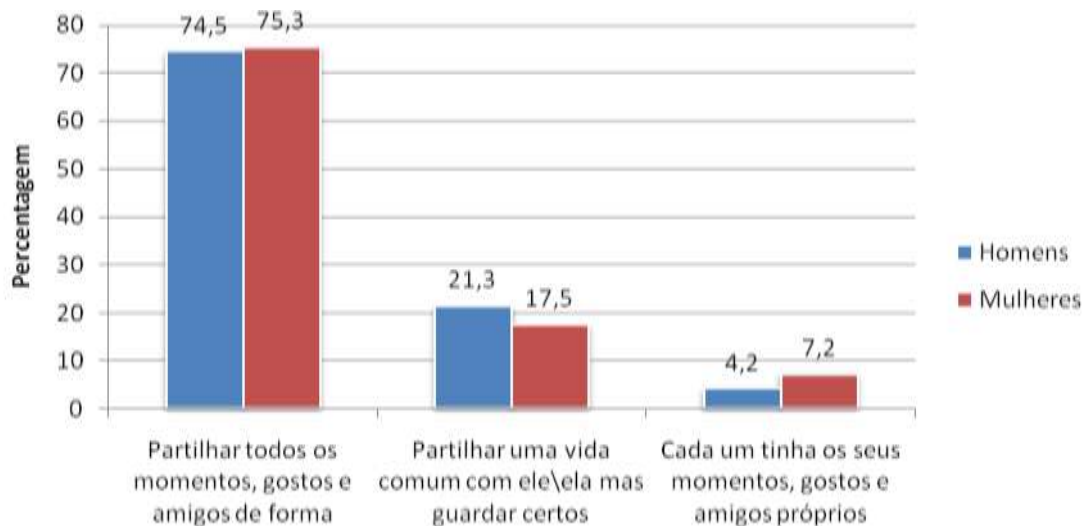


Fonte: IDG, 2011; N=559

Como verificamos, em 71,6% dos casos é sustentada a afirmação sobre a existência de ‘conta/dinheiro em comum e os dois tiram quando é preciso’, seguindo-se 19,9% dos casos que afirmam ter ‘algum dinheiro em comum e o restante separado para o uso de cada um’ (8,4%). Formas mais individualizadas de gestão do dinheiro no casal são afirmadas residualmente.

Outro aspecto relevante remete para as tendências mais ou menos fusionais ou de individualização no seio do casal. Uma análise atinente e discriminada por sexo não evidencia diferenças relevantes a este nível entre homens e mulheres, como se pode ver na figura seguinte:

Figura 12 – Tipo de relação com o cônjuge, por sexo (%)

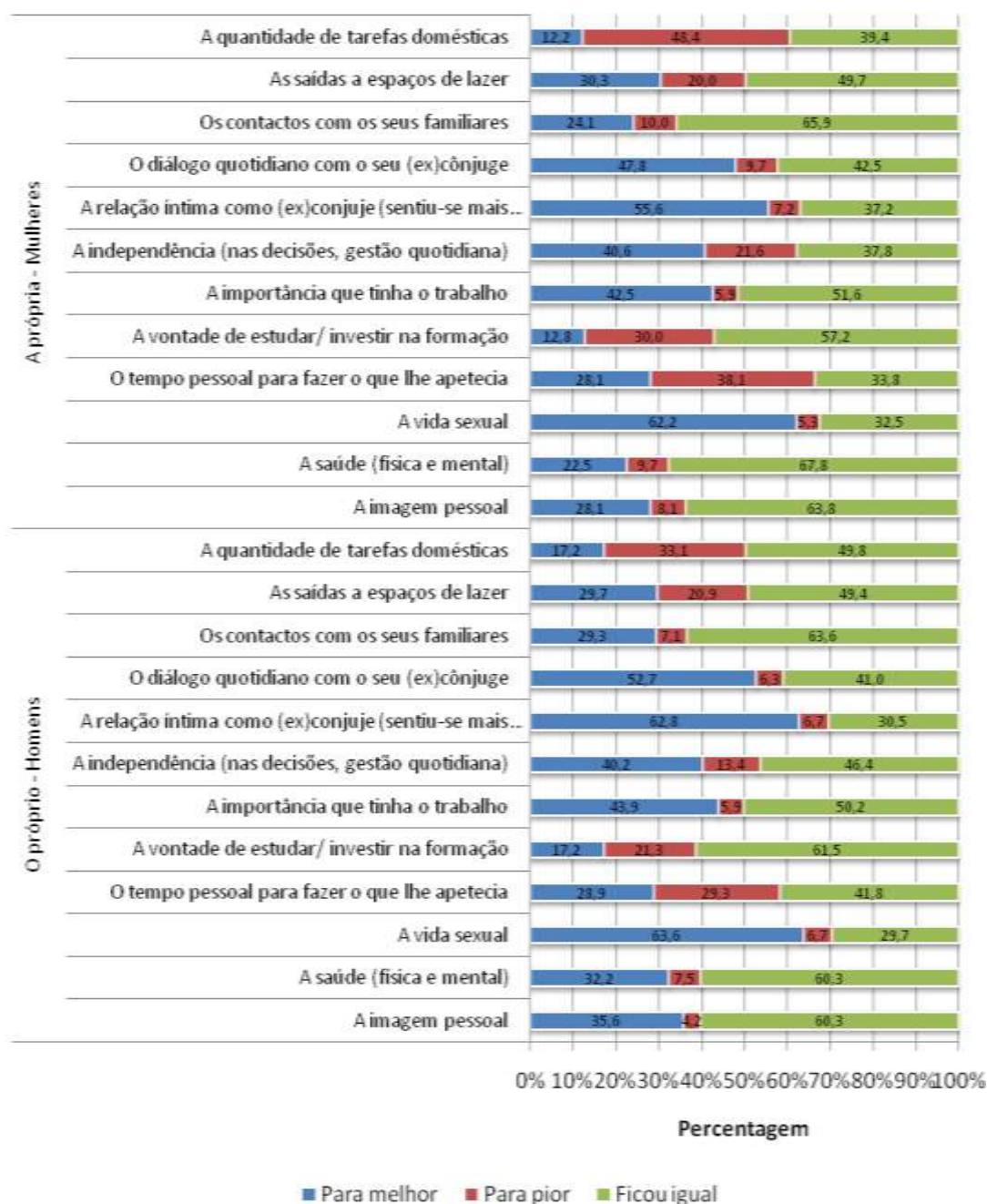


Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres)

A figura 12 evidencia que os tipos de relação com o cônjuge por género não se afastam, sendo notória uma percentagem ligeiramente superior no caso das mulheres nos extremos, quer na modalidade fusional de partilha de momentos, gostos e amigos (75,3% vs 74,5%), quer na mais individualista de espaços, gostos e amizades próprias (7,2% vs 4,2%), predominando os homens numa forma mista de partilha e reserva própria (21,3% vs 17,5%).

Atendendo ao facto de a entrada na conjugalidade comportar geralmente mudanças ao nível das vivências quotidianas, seguidamente daremos conta da avaliação que os/as inquiridos/as fazem dessas mesmas alterações. A análise da auto e hetero avaliação das alterações com a entrada na conjugalidade não são indicativas de disparidades, verificando-se percentagens muito aproximadas em ambos os casos para as diversas dimensões, embora nalgumas haja uma ligeira tendência para se assumirem mais melhorias quanto ao/à (ex)cônjuge por comparação ao/à próprio/a.

Figura 13: Aspectos de vida alterados com a entrada na conjugalidade, por sexo:



Fonte: IDG, 2011; N=559 (239 homens; 320 mulheres)

Relativamente aos aspectos que alteraram após a conjugalidade, observa-se que o sexo afecta com maior incidência “a quantidade de tarefas domésticas”. Enquanto 48,4% das mulheres referem que a quantidade das tarefas domésticas se alterou “para pior”, tal apenas é referenciado por 33,1% dos homens, sendo que, neste grupo, a maioria refere que ‘ficou igual’ (49,8%). De qualquer forma, o que acaba por ser notório é o facto de as respostas negativas serem mais expressivas, em praticamente todas as questões, no grupo das mulheres, ainda que aquelas assumam baixas percentagens no quadro das três opções. Os aspectos nos quais são assumidas mudanças positivas com maior incidência (com percentagens acima dos 50%) são, em ambos os sexos, ‘a relação íntima com o (ex)cônjuge’ e a ‘vida sexual’. Já no caso dos aspectos que apontam para mudanças negativas, os que reúnem percentagens mais elevadas (entre os 20% e os 40%) remetem, tanto nos homens quanto nas mulheres, para ‘as saídas e espaços de lazer’, ‘a vontade de estudar/ investir em

formação' e 'o tempo pessoal para fazer o que lhe apeteceia'. Acresce nas mulheres 'a independência', sendo enunciada por 21,6%, ao passo que apenas 13,4% dos homens a referenciaram.

Conclusão

No âmbito dos estudos sobre a família e género, designadamente em Portugal, não obstante os notáveis avanços no conhecimento sobre estas áreas temáticas, há um tema que tem sido pouco analisado no âmbito da divisão sexual do trabalho doméstico: o grau e a distribuição do poder doméstico entre homem e mulher, tratando-se de casais ou uniões de facto heterossexuais. Após a introdução e feito um breve enquadramento teórico das perspectivas sobre as desigualdades de género, este texto centrou-se na questão da paridade e/ou desigualdade no âmbito do casamento ou da união de facto.

Começando por constatar uma discrepância entre representações e práticas analisadas por sexo e grupo profissional, uma primeira conclusão é que se, por um lado, se verifica, em termos de representações, uma tendência no sentido do reconhecimento duma relativa equidade na distribuição de tarefas domésticas entre homens e mulheres, tal não ocorre de facto nas práticas sociais, verificando-se inclusive a dedicação do dobro do tempo por parte da mulher em relação ao marido/companheiro, embora com ligeiras oscilações por grupo profissional, por sexo e por idade. Por outro lado, grande parte das tarefas manuais, rotineiras e menos valorizadas ficam a cargo da mulher e com elevado diferencial percentual.

De modo similar a mesma situação se confirma em relação aos cuidados com os filhos, nomeadamente com filhos de tenra idade, comprovando-se também um fosso entre a representação ou discurso e a realidade. Quer em relação às tarefas, quer em relação aos cuidados com os filhos os dados recolhidos confirmam conclusões de outros trabalhos nacionais e internacionais: há uma clara desigualdade entre homem e mulher em desfavor desta na distribuição das tarefas domésticas e respectivas horas semanais despendidas.

Entre outros resultados, os dados recolhidos confirmam conclusões de outros trabalhos nacionais e internacionais: a desigualdade entre homem e mulher em desfavor desta na distribuição das tarefas domésticas e respectivas horas semanais despendidas e, em particular, a discrepância entre representações e práticas analisadas por sexo e grupo profissional.

No quadro da dinâmica (in)comunicativa entre os membros do casal, conclui-se que as mudanças com a entrada na conjugalidade tiveram diferentes impactos consoante o sexo: mais negativos para a mulher que para o homem. Do mesmo modo, foi possível detectar e analisar o diferenciado poder de gestão do dinheiro, em que o marido tem maior grau de poder de disposição sobre recursos e maior peso na decisão sobre determinados assuntos: por exemplo, compra carro ou casa.

Por fim, conclui-se que, para além da persistência de um determinado grau de desigualdade na repartição de tarefas domésticas e nos cuidados despendidos com os filhos com sobrecarga para a mulher, não há, em regra, relações que se caracterizem por serem de tipo patriarcal ou matriarcal e, portanto, verifica-se em certo equilíbrio por co-decisão ou por esferas de acção, embora seja de observar um certo predomínio por parte do homem em determinadas matérias nomeadamente quando este seja o único ou principal provedor económico da casa.

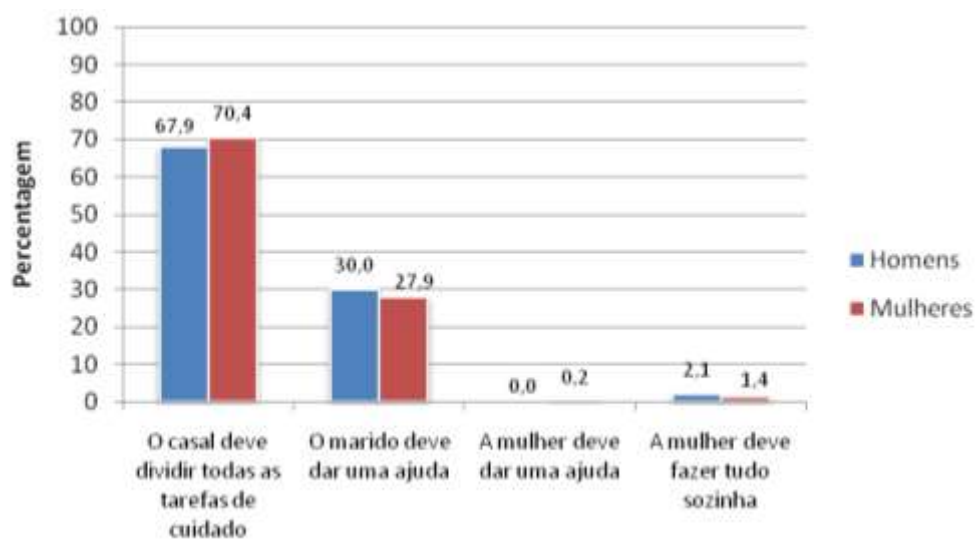
Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes de (1985), "Trabalho feminino e estratégias familiares" in *Análise Social*, vol XXI, 85:7-44.
- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- AMANCIO, Lúcia (1994), *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto:Afrontamento.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*, Groningen: WoltersNoordhoff.
- BOURDIEU, Pierre (1972), "Lesstratégiesmatrimonialesdanslesystème de reproduction" in *Annales*, ano XXVII, 4-5: 1105-1127.

- BOURDIEU, Pierre (1980), *Lesens pratique*, Paris: Minuit, pp. 249-270, 271-331.
- BOURDIEU, Pierre (1998), *La Domination Masculine*, Paris, Seuil.
- BRETTEL, Caroline [1991(1986)], *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CABRAL, João Pina (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundocamponesa do Alto Minho*, Lisboa: D. Quixote, pp. 63-104, 151-174.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa: Sá da Costa.
- CUTILEIRO, José (1988), “Honra, vergonha e amigos” in J.G. Peristiany (org) *Honra e Vergonha. Valores das sociedades mediterrânicas*: ix-xxvii, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DESCAMPS, Paul (1935), *Le Portugal: la vie socialeactuelle*, Paris: Firmin-Didot et Cie.
- DUBISCH, Jill (1986), “Introduction” in J. Dubisch (org) *Gender & Power in Rural Greece*: 4-41, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- ENGELS, Friedrich (1884, 1964), *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória.
- FERREIRA, Virgínia (1993), “Padrões de segregação das mulheres em Portugal”
- FORTES, Meyer (1971), “The Developmental Cycle in Domestic Groups” in J. Goody (org) *Kinship*:85-98, Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.
- FOUCAULT, Michel (1994), *História da Sexualidade. 1. A Vontade de Saber*, Lisboa, Relógio d'Água.
- FREUD, Sigmund [1975 (1946)], *Abrégé de psychanalyse*, Paris: PressesUniversitaire de France.
- GERALDES, Alice (1987), *Gente do minifúndio. Produção e Reprodução Social em Mudança na freguesia da Correlhã*, Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d'interaction*, Paris: Éditions du Minuit.
- GOODY, Jack (1976), *Production and Reproduction: a Comparative Study of the Domestic Domain*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GOODY, Jack (1983), *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HANDMAN (1982), Marie Elisabeth (1992), “La structure de la famille, devolutiondesbiensetstatut paradoxal desfemmesenGrèce” in A. Almeida *et al* (orgs) *Famillesetcontextessociaux*, Lisboa : Centro de Investigação e Estudos em Sociologia.
- HARTMAN, Heidi (1982), Capitalism, Patriarchy and Job Segregation by Sex” in A.Giddens e D. Held (orgs), *Classes, Power and Conflict*: 446-469, Londres: MacMillan Education.
- ITURRA, Raúl [1983 (1976)] “Estratégias na organização doméstica da produção na Galiza rural” in *Ler História*, 1: 81-109.
- LEANDRO, Maria Engrácia (2001), *Sociologia da Família*, Lisboa: Universidade Aberta.
- MARCUSE, Herbert (1955, 1963), *Eros et Civilisation*, Paris, Éditions du Minuit.
- MARQUES, Ana Paula, SILVA, Manuel Carlos e VEIGA, Carlos (2002), *Assimetrias de Género e Classe – o caso das Empresas em Barcelos*, Barcelos: Kerigma e Universidade do Minho.
- MEDICK, Hans e SABEAN, David Warren (1984), “Introduction” e “Interest and Emotion in Family and Kinship Studies: a Critique of Social History and Anthropology” in H. Medick e D. W. Sabean (orgs), *Interest and Emotion: Essays on the Study of Family and Kinship*:1-27, Cambridge/ Paris: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l’Homme.

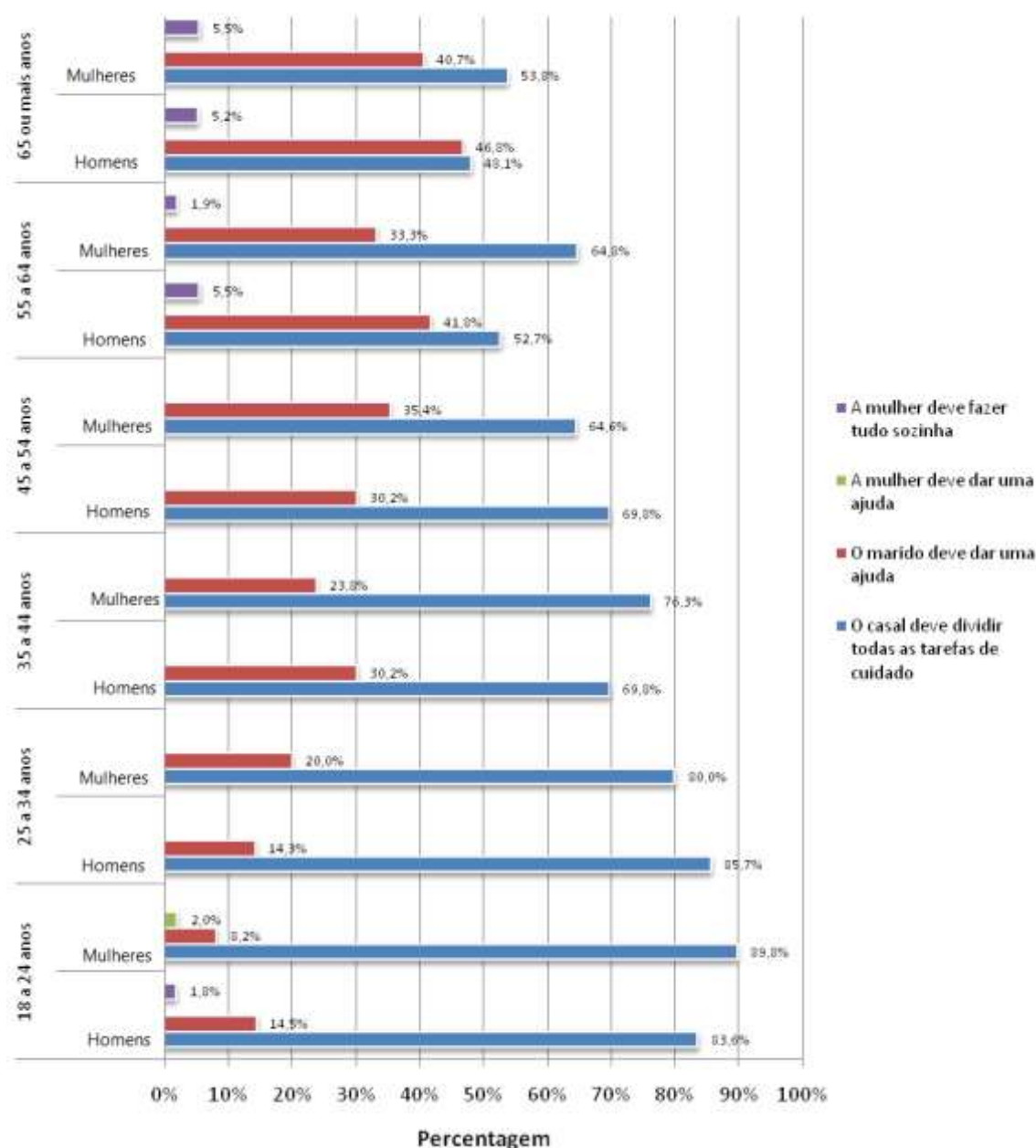
- MEILLASSOUX, Claude (1973), "The Social Organisation of the Peasantry: The Economic Basis of Kinship" in *The Journal of Peasant Studies*, vol 1:81-91.
- NUNES, João Arriscado e FEIJÓ, Rui (1986), "Household Composition and Social Differentiation in North Western Portugal in the Nineteenth Century" in *Sociologia Ruralis*, vol XXVI, 3: 249-267.
- O' NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa: Dom Quixote, 145-202, 289-337.
- PARSONS, Talcott (1956) "Family Structure and the Socialization of the Child" in T. Parsons e R. BALES (orgs), *Family, Socialization and Interaction Process*: 35-131, Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e pesquisa empírica*, Porto: Afrontamento.
- ROBERTS, Richard (1984), "Women's Work and Women's Property: Household Social Relationship in the Maraka Textile Industry of Nineteenth Century" in *Comparative Studies in Society and History*, vol 26, 2: 229-250.
- SANTO, Moisés Espírito (1980), *Freguesia Rural ao Norte do Tejo*, Lisboa, IED.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), "O Estado e o Direito na Transição pós-moderna" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30: 13-43.
- SEGALEN, Martine [1983 (1980)], *Love and Power in the Peasant Family. Rural France in the Nineteenth Century*, Chicago: The University of Chicago Press, pp. 1-77, 113-136.
- SILVA, Manuel Carlos (1991), "Casa e casas em espaço rural minhoto: o poder doméstico", *Cadernos do Noroeste*, 4 (6-7), pp. 79-99.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se: Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2002), "Conflitos familiares e "mal de inveja" in *Análise Social*, vol. XXXVII, 162: 209-241.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: Passado e Presente na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras: Celta Editora.
- VIEGAS, José Manuel e FARIA, Sérgio (1999), *As Mulheres na Política*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- WALL, Karin (1992), "Pour une sociologie des formes familiales dans la société rurale" in A. Almeida et al. (orgs), *Familles et Contextes Sociaux*: 163-182, Lisboa: ISCTE/CIES (5.1).
- WALL, Karin (1998), *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: Dom Quixote.
- WALL, Karin (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- WEBER, Max (1978[1920]), *Economy and Society I*, editado por G. Roth e C. Wittich, California: University of California Press.
- WILLEMS, Emilio (1962), "On Portuguese Family Structure" in K. Ishwaran (org), *International Studies in Sociology and Social Anthropology*, vol I: 65-79, Leiden: E.J. Brill.

Anexo 1 Figura 2– Forma ideal de divisão de cuidados dos filhos, por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497

Anexo 2: Forma ideal de divisão de cuidados com os filhos por escalões etários e por sexo (%)



Fonte: IDG, 2011; N=497

ⁱ A este respeito, urge uma investigação mais apurada, dado que, embora nos processos de separação, divórcio e tutela ou guarda dos filhos se reproduzam situações assimétricas em detrimento da mulher, há situações indiciadoras em que, face às dificuldades emergentes da ‘nova’ relação mãe-filhos ou pai-filhos e respectivas redes de relações pós-divórcio, verificam-se, ainda que minoritários, casos subalternização masculina.

ⁱⁱ Há assim uma correlação proporcional entre habilitação e representação democrática da repartição de tarefas domésticas. Importa, porém, ter presente que estamos no domínio das concepções, representações ou mesmo da retórica da igualdade de género em que os mais habilitados têm capacidade de exprimir-se conforme a norma politicamente correcta. Não raro este princípio é derogado nas práticas sociais e, amiúde, não necessita de ser derogado na estrita esfera conjugal na medida em que, sempre que o casal tem capacidade económica, transfere para uma empregada doméstica a grande parte das tarefas domésticas e mesmo cuidado quotidiano com os filhos.

ⁱⁱⁱAs possibilidades de resposta a estas questões são: “o próprio”, “o cônjuge”, “o próprio e filhos”, “o próprio e cônjuge”, “o próprio, cônjuge e filhos” e “não fazíamos estas tarefas”. Para simplificar a apresentação gráfica por género, apenas as percentagens para o próprio são apresentadas. O facto de serem limitadas as opções pode condicionar a análise. Em todo o caso é de assumir este tratamento como ilustrativo, mas não deixa de ser relevante na medida em que se trata dos principais protagonistas na casa.

^{iv} Quando o gráfico pressupõe questões relativas a respostas ‘o próprio-homem’ ou a ‘própria-mulher’, importa aqui referir que em tarefas como ir às compras, ajudar os filhos nos trabalhos escolares ou levar os filhos ao médico, a maioria dos/as inquiridos/as afirmou ser partilhada por ambos, sendo esta opção sempre mais assinalada pelos homens: ‘ir às compras’ (respectivamente 66,1% homens vs. 51,6% mulheres), ‘ajudar os filhos com trabalhos escolares (51,6% vs 37%) ou ‘levar os filhos ao médico’ (53,1% por homens vs 35,9% por mulheres).

^v Para além da ama adoptada em 5% dos casos para o primeiro filho e 3% para o segundo, outra modalidade para guardar os filhos, além da ama é a creche ou infantário, o que acontece numa parte dos casos - em 15,3% dos inquiridos o primeiro filho ficava a cargo da creche ou infantário durante o dia, em 8% o segundo e em 2% o terceiro e, em percentagens residuais, os seguintes.

^{vi}As possibilidades de resposta a estas questões são: “o próprio”, “o cônjuge”, “o próprio e filhos”, “o próprio e cônjuge”, “o próprio, cônjuge e filhos” e “não fazíamos estas actividades”. Para simplificar a apresentação gráfica por sexo, apenas são apresentadas as percentagens para o próprio.

^{vii} As possibilidades de resposta a estas questões são: “o próprio”, “o cônjuge”, “o próprio e filhos”, “o próprio e cônjuge”, “o próprio, cônjuge e filhos” e “não fazíamos estas tarefas”. Para simplificar a apresentação gráfica por género, apenas são apresentadas as percentagens para o próprio.